



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cópia de parte da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal nº0003/CMP/21, celebrada em 29 de Janeiro de 2021 e aprovada em minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8.1. Projeto de Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal

Foi presente à reunião a informação n.º 146/UJ/20, da Unidade Jurídica, datada de 23-12-2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal

Exmº Senhor Presidente,

No âmbito das políticas gizadas pelo Município de Pombal, designadamente nos domínios da Juventude e da Educação (cf. alínea d) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação), revelou-se de toda a pertinência promover a criação do Programa "Jovem Autarca", que, sendo um projeto amplamente discutido, quer no seio do Conselho Municipal da Juventude, quer no seio do Conselho Municipal da Educação, tem como escopo fomentar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valorizando as opiniões e a tomada de decisão dos jovens e as suas perspetivas para o futuro.

Tendo presente que a implementação de uma iniciativa desta natureza requeria a criação de um instrumento regulador, foi desencadeado o início do competente procedimento para elaboração de um regulamento que tivesse por objeto a definição da disciplina, organização e funcionamento do aludido Programa, designadamente no que respeita às relações da autarquia com os jovens e, bem assim, com outras entidades e, em particular, com os estabelecimentos de ensino do concelho.

Nestes termos, iniciou-se o procedimento regulamentar, tendo o projeto de Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal sido objeto de aprovação, por parte do órgão Câmara Municipal (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 24 de abril de 2020), e, bem assim, de subsequente submissão a consulta pública, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República, 2ª série, n.º 216 - Aviso nº 17987/2020, de 05 de novembro e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 2185), para recolha de sugestões, por escrito.

Em face de tudo quanto antecede, não se tendo verificado a apresentação de quaisquer sugestões durante o período de consulta pública, propõe-se, caso V. Exª assim o entenda, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

remessa da presente informação ao órgão Câmara Municipal, para que este, ao abrigo do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação, delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal o projeto, que ora se anexa, para necessária aprovação do Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal e consequente publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 139º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

À consideração superior, "

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a proposta de Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução.



Município de Pombal

Unidade Jurídica

INFORMAÇÃO

À Reunião.

14-01-2021
Presidente

(Diogo Alves Mateus - Dr.)

Assunto: Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal

Exm^o Senhor Presidente,

No âmbito das políticas gizadas pelo Município de Pombal, designadamente nos domínios da Juventude e da Educação (cf. alínea d) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação), revelou-se de toda a pertinência promover a criação do Programa "Jovem Autarca", que, sendo um projeto amplamente discutido, quer no seio do Conselho Municipal da Juventude, quer no seio do Conselho Municipal da Educação, tem como escopo fomentar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valorizando as opiniões e a tomada de decisão dos jovens e as suas perspetivas para o futuro.

Tendo presente que a implementação de uma iniciativa desta natureza requeria a criação de um instrumento regulador, foi desencadeado o início do competente procedimento para elaboração de um regulamento que tivesse por objeto a definição da disciplina, organização e funcionamento do aludido Programa, designadamente no que respeita às relações da autarquia com os jovens e, bem assim, com outras entidades e, em particular, com os estabelecimentos de ensino do concelho.

Nestes termos, iniciou-se o procedimento regulamentar, tendo o projeto de *Regulamento do Programa "Jovem Autarca" do Município de Pombal* sido objeto de aprovação, por parte do órgão Câmara Municipal (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 24 de abril de 2020), e, bem assim, de subsequente submissão a consulta pública, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República, 2ª série, n.º 216 - Aviso nº 17987/2020, de 05 de novembro e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 2185), para recolha de sugestões, por escrito.

Em face de tudo quanto antecede, não se tendo verificado a apresentação de quaisquer sugestões durante o período de consulta pública, propõe-se, caso V. Ex^a assim o entenda, a remessa da presente informação ao órgão



Município de Pombal

Unidade Jurídica

Câmara Municipal, para que este, ao abrigo do disposto nas *alíneas g)* do *n.º 1* e *k)* do *n.º 2* do *artigo 25.º*, conjugado com a *alínea k)* do *n.º 1* do *artigo 33.º*, ambos do *Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação*, delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal o projeto, que ora se anexa, para necessária aprovação do *Regulamento do Programa “Jovem Autarca” do Município de Pombal* e consequente publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do disposto nos *artigos 139.º e seguintes* do *Código do Procedimento Administrativo*.

À consideração superior,

A Chefe da Unidade Jurídica,

(Sonia Casaleiro)

Anexa: Projeto de Regulamento



**PROJETO DE
REGULAMENTO DO PROGRAMA “JOVEM AUTARCA” DO MUNICÍPIO DE POMBAL**

Preâmbulo

(cf. Artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo)

No âmbito das políticas gizadas pelo Município de Pombal, designadamente nos domínios da Juventude e da Educação (*cf. alínea d) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*), revela-se de toda a pertinência traçar novos trilhos, tendo como esteio objetivos educativos consistentes, capazes de dotar os jovens de novas competências, de os sensibilizar para as questões associadas ao poder local, de os incentivar a participar ativamente na sociedade e de potenciar a sua capacidade de argumentação.

O Programa “Jovem Autarca” surge nesta linha de entendimento, sendo um projeto amplamente discutido, quer no seio do Conselho Municipal da Juventude, quer no seio do Conselho Municipal da Educação, que tem como escopo fomentar comportamentos de cidadania ativa e governança partilhada, valorizando as opiniões e a tomada de decisão dos jovens e as suas perspetivas para o futuro.

Permitir aos jovens um nível de participação mais ativa nas políticas que norteiam o seu concelho, conferir-lhes a possibilidade de assumirem um papel de porta-voz desta franja populacional, de serem corresponsáveis pela gestão de um orçamento e de criarem sinergias para concretizar os projetos que idealizaram, constituirá, seguramente, um contributo fulcral para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.



A implementação de uma iniciativa desta natureza requer a criação de um instrumento regulador que vise disciplinar, quer a organização e funcionamentos do Programa, quer as relações da autarquia com os jovens e, bem assim, com outras entidades, designadamente com os estabelecimentos de ensino do concelho.

Aos municípios, enquanto entidades administrativas dotadas de autonomia normativa, cabe exercer a competência regulamentar que detêm, fundada na própria *Constituição da República Portuguesa*, bem como nas competências previstas no *Regime Jurídico das Autarquias Locais*, de modo a dotar os respetivos órgãos e serviços de instrumentos disciplinadores das relações geradas no âmbito da prossecução das atribuições que lhe estão legalmente cometidas.

Nota Justificativa

Efetuada uma ponderação dos custos e dos benefícios das medidas projetadas, verifica-se que os benefícios decorrentes da implementação de um Programa desta índole, ainda que não sendo quantificáveis do ponto de vista estritamente financeiro, se afiguram francamente superiores aos custos que lhe estão associados.

— Assim, tendo presente a já referida autonomia normativa das autarquias locais e o poder regulamentar que detêm, fundado na própria *Constituição da República Portuguesa* (cf. artigos 112º, n.º 7 e 241º), nas competências previstas nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Código do Procedimento Administrativo (cf. artigo 98º e seguintes), foi deliberado em reunião do órgão Câmara Municipal, realizada em, propor a elaboração do Regulamento do Programa “Jovem Autarca” do Município de Pombal, que foi sujeito a



consulta pública, tendo sido aprovado pelo órgão Assembleia Municipal em, e que se rege nos termos seguintes:

REGULAMENTO DO PROGRAMA “JOVEM AUTARCA” DO MUNICÍPIO DE POMBAL

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do n.º 7 do *artigo 112º* e *artigo 241.º* da *Constituição da República Portuguesa*, nos termos da *alínea d)* do n.º 2 do *artigo 23.º*, das *alíneas g)* do n.º 1 e *k)* do n.º 2, ambas do *artigo 25º*, e ainda das *alíneas k)* e *hh)* do n.º 1 do *artigo 33.º*, todos do *Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*.

Artigo 2º

Objetivos

Constituem objetivos do Programa “Jovem Autarca”:

- a). Motivar e desenvolver nos jovens competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres enquanto cidadãos;
- b). Sensibilizar os jovens para as questões do poder local, designadamente no âmbito das atribuições e competências da administração local e do funcionamento dos respetivos órgãos;
- c). Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica na definição das políticas municipais, nomeadamente nas que se encontrem mais relacionadas com a juventude;
- d). Destacar a importância do contributo dos jovens na resolução de problemas de âmbito local, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais;



e). Preparar com os jovens a elaboração, apresentação, discussão e processo de votação de propostas de recomendação aos órgãos municipais;

f). Preparar os jovens para o debate e a discussão de ideias entre pares, potenciando as suas capacidades de argumentação, o respeito pelos valores da sã convivência democrática e da formação das decisões da maioria, e

g). Aproximar os jovens dos eleitos locais.

Artigo 3º

Âmbito de aplicação

1. Podem candidatar-se a “Jovem Autarca” todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, que sejam residentes no concelho de Pombal e que frequentem estabelecimentos de ensino do mesmo concelho, até ao 11º ano de escolaridade.

2. Podem votar no “Jovem Autarca” todos os jovens matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Pombal, que se encontrem a frequentar do 5º ao 12º ano de escolaridade.

Capítulo II

Dinamização e calendarização

Artigo 4º

Dinamização da iniciativa

O Município de Pombal promove, divulga, acompanha e assegura o desenvolvimento da iniciativa “Jovem Autarca”, através da criação de uma Equipa Coordenadora do Programa, cujos membros deverão ser designados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, sob proposta do Vereador com o Pelouro da Juventude.

Artigo 5º

Estabelecimento de Ensino

No âmbito do desenvolvimento do Programa “Jovem Autarca”, caberá aos estabelecimentos de ensino do concelho, que detenham alunos elegíveis (*cf. n.º 1 do artigo 3º*):



a). Colaborar na elaboração dos cadernos eleitorais, através da cedência de listagens dos seus alunos, constando das mesmas o nome completo do aluno, data de nascimento e ano de escolaridade que frequenta;

b). Designar um interlocutor entre a escola e a equipa coordenadora, colaborando nos processos de sensibilização, bem como nas questões logísticas relacionadas com o período de campanha e ato eleitoral.

Artigo 6º

Calendarização

A definição de calendário para apresentação de candidaturas será efetuada, anualmente, por parte do órgão Câmara Municipal, sob proposta da Equipa Coordenadora do projeto, com auscultação prévia dos Estabelecimentos de Ensino.

Capítulo III

Processo eleitoral

Artigo 7º

Candidaturas

1. As candidaturas a “Jovem Autarca” serão efetuadas individualmente.
2. As candidaturas serão entregues pessoalmente no Fórum Múncipe – Atendimento ao Público ou enviadas para o endereço de correio eletrónico juventude@cm-pombal.pt, devendo ser instruídas com todos os documentos referidos no número seguinte, sob pena de exclusão.
 3. O processo de candidatura deve ser instruído com os seguintes documentos:
 - a). Formulário de candidatura;
 - b). Autorização do Encarregado de Educação/Detentor do poder paternal;
 - c). Declaração comprovativa do ano de escolaridade frequentado pelo candidato, a emitir por parte do respetivo Agrupamento de Escolas/Escola em contrato de associação/Escola Profissional;
 - d). Lista com assinatura de, pelo menos, 50 (cinquenta) apoiantes;
 - e). Manifesto eleitoral, e



f). Programa de ação, cujo montante de execução não exceda o montante estabelecido anualmente pelo órgão Câmara Municipal, que consubstancie a adoção de medidas nos domínios da juventude, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência e educação ensino e formação profissional.

4. Nas candidaturas entregues pessoalmente no Fórum Municipal – Atendimento ao Público, no horário normal de expediente (segunda a sexta-feira, das 09:00h às 16:30h) será colocada a data e hora de apresentação, sendo que nas candidaturas submetidas eletronicamente, para além do respetivo formulário de candidatura e dos documentos que a instruem, deverá ser impresso documento que comprove a data e hora de submissão da mesma.

5. Será admitido um máximo de 16 (dezassex) candidaturas, tendo por referência a ordem de apresentação da candidatura, considerando a data e a hora, e desde que se encontrem instruídas com todos os documentos exigidos nos termos do n.º 3.

6. Os candidatos têm o direito a desistir a qualquer momento, bastando para o efeito que o façam de forma expressa, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Pombal.

7. Os modelos dos documentos a que se referem as *alíneas a) e b)* do n.º 1 serão aprovados por parte do órgão Câmara Municipal, aquando da definição do calendário para apresentação de candidaturas ao Programa “Jovem Autarca” (*cf. artigo 6º*).

Artigo 8º

Campanha

1. Para a campanha, o Município disponibilizará aos candidatos admitidos:
 - a). Sessões de esclarecimento e (in) formação sobre o processo;
 - b). A possibilidade de realizar um vídeo, com um máximo de 3 minutos, com o apoio dos técnicos da autarquia;
 - c). Um *kit* de material promocional, em formato digital.
2. Durante a campanha será realizado um debate obrigatório entre os candidatos, em data e local a definir, com o apoio da Equipa Coordenadora.
3. O candidato poderá recorrer a outros meios de campanha para além daqueles a que se alude no n.º 1, desde que suporte os custos que lhe estejam associados.



Artigo 9º

Eleição

1. No dia do ato eleitoral são colocadas urnas nas mesas de voto a instalar em todas as sedes dos estabelecimentos de ensino do concelho, que se mantêm em funcionamento no período compreendido entre as 09h00 e as 17h00.

2. O boletim de voto ilustra cada um dos candidatos, elencados por ordem que resultará de sorteio prévio.

3. Em cada mesa de voto estará presente um membro da Equipa Coordenadora, um colaborador desse estabelecimento de ensino e um jovem com idade compreendida entre os 12 (doze) e os 17 (dezassete) anos.

4. Findo o período de voto, cada urna é devidamente selada, assinada por cada um dos presentes e posteriormente transportada, juntamente com os cadernos eleitorais, para o local onde decorrerá a contagem de votos.

5. Os votos serão contados pelos colaboradores integram a Equipa Coordenadora do Programa “Jovem Autarca”, nas instalações do Município de Pombal, Edifício dos Paços do Concelho, sendo convidados a participar, enquanto observadores, um representante de cada estabelecimento de ensino, devendo acompanhar o processo de contagem, de início ao fim, assegurando, de forma inequívoca a confidencialidade do ato e dos resultados que dele resultem.

6. Os boletins de voto cuja intenção de voto não seja clara são considerados nulos.

7. Após a contagem dos votos será afixado nos estabelecimentos de ensino, em local visível, documento onde consta o número total de votos, a divulgar, também, no sítio da *internet* do Município de Pombal (www.cm-pombal.pt).

Capítulo IV

Exercício do mandato

Artigo 10º

Candidatos eleitos

1. Os três candidatos com maior número de votos compõem o “Executivo Jovens Autarcas”, sendo que o candidato com maior número de votos é designado “Jovem



Presidente”, e os candidatos com o segundo e terceiro melhor resultados são designados “Jovens Vereadores”.

2. Os restantes candidatos integram a “Assembleia de Jovens Autarcas”.

3. Ao “Executivo Jovens Autarcas” será atribuído pelo órgão Câmara Municipal de Pombal o valor que anualmente for devidamente cabimentado para esse efeito no orçamento municipal, a afetar à concretização do programa e propostas definidas, tendo por base os programas eleitorais apresentados.

Artigo 11º

Mandato

1. O mandato do “Jovem Autarca” inicia-se com a tomada de posse e terá a duração de um ano, de forma a permitir ao jovem conciliar as suas atividades escolares e extracurriculares com as funções de autarca.

2. A limitação de mandatos é de um ano, pelo que o jovem eleito não poderá voltar a candidatar-se no ano seguinte.

Artigo 12º

Acompanhamento

Durante o exercício do mandato, e sem prejuízo do valor comprometido para o Programa, todas as decisões do “Executivo Jovens Autarcas” serão submetidas à apreciação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, devendo periodicamente ser dado conhecimento ao órgão Câmara Municipal da atividade desenvolvida.

Artigo 13º

Limites de atuação

As medidas propostas pelo “Executivo Jovens Autarcas” devem circunscrever-se ao âmbito das competências municipais, não podendo ser suscetíveis de beneficiar qualquer entidade ou pessoa em particular, nem estar inscritas ou ser contraditórias com quaisquer planos ou documentos previsionais do Município.

Artigo 14º

Reuniões



1. Os membros do “Executivo Jovens Autarcas” reúnem mensalmente, em horário não letivo, nas instalações do Município de Pombal, designadamente no Edifício Paços do Concelho, em espaço que se considere adequado para o efeito.

2. A gestão da disponibilidade de agenda e organização do espaço para a realização das reuniões é da responsabilidade da Equipa Coordenadora do Programa.

3. Nos períodos de exames ou de interrupção letiva, a calendarização das reuniões é redefinida por acordo entre os elementos do “Executivo Jovens Autarcas” e da Equipa Coordenadora do Programa, cumprindo o princípio de conciliação e minimização de interferência com as atividades curriculares e académicas.

4. Nas reuniões participam o “Jovem Presidente” e os “Jovens Vereadores”, bem como os candidatos não eleitos que integram a “Assembleia de Jovens Autarcas” e que assumem, voluntariamente, o compromisso de fazer parte da equipa “Jovens Autarcas”.

5. As reuniões são presididas pelo “Jovem Presidente”, sendo, na sua ausência, presididas por um “Jovem Vereador”, por ordem de eleição.

6. Verificando-se a falta de consenso em assuntos de relevo para o grupo, o “Jovem Presidente” tem voto de qualidade.

7. Nas reuniões estará sempre presente um dos colaboradores que integra a Equipa Coordenadora do Programa, assumindo o papel de facilitador do processo.

8. Por cada reunião do “Executivo Jovens Autarcas” será lavrada uma ata, que, depois de aprovada, será remetida ao órgão Câmara Municipal e tornar-se-á pública através da publicação no sítio da *internet* do Município de Pombal (www.cm-pombal.pt).

9. Os membros do “Executivo Jovens Autarcas” devem comparecer nas reuniões do órgão Câmara Municipal, sempre que convocados para o efeito.

Artigo 15º

Convites e representações

1. Sempre que solicitada a presença de representante do Programa “Jovem Autarca” em qualquer evento, atividade ou iniciativa, a representação será assumida pelo “Jovem Presidente”.

2. Na impossibilidade de estar presente, deverá fazer-se representar por um dos “Jovens Vereadores”.



3. Para o efeito é salvaguardado o contacto com o/a encarregado/a de educação de cada jovem, sendo assegurado pelo Município de Pombal o transporte, alimentação e/ou alojamento, sempre que se considerar necessário.

Capítulo V

Disposições finais

Artigo 16.º

Casos Omissos

As dúvidas e omissões que surjam no contexto da interpretação do presente Regulamento serão dirimidas pelo órgão Câmara Municipal.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação em Diário da República.